



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO  
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO  
COORDENAÇÃO DAS CÂMARAS TEMÁTICAS**

**CÂMARA TEMÁTICA DE  
CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO**

*Ata da 25ª reunião*

Local: Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamarati, Sala Germinada - A  
Reunião realizada em 28 de junho de 2005, das 15:00 às 18:00hs.

Participaram da reunião: João Nogueira Batista (**MCT**), Elisa Madi (**CNPq**), Adriana Tescari (**MRE**), Ângelo Giovanni (**M. SAÚDE**), Roberto Lorena, Marcio Mazzaro (**MAPA**), Terezinha Dias (**EMBRAPA**), Otávio Maia (**IBAMA**), Ilda Fajardo (**FUNAI**), Fernando Mathias (**ISA**), Beatriz Bulhões (**CEBDS**), José Carlos, Elisa Fraga (**MDIC**), Simone Ferreira, Marcelo Brilhante (**EMBRAPA**), Eduardo Vélez, Inácio Loiola, Francine Cunha, Teresa Cristina, Alessandro e Antonio Pamplona Neto.

A reunião começou com o primeiro ponto da pauta que previa um relato da Secretaria Executiva sobre a Reunião com as lideranças indígenas promovida pelo INBRAPI com o apoio técnico do ISA e do DPG, em que foi discutida a possibilidade de uso do conceito de etnorregiões como mecanismo para viabilização da repartição de benefícios.

Segundo a Secretaria Executiva, a conclusão das lideranças foi de que o mecanismo proposto é útil, no entanto, é preciso aprimorá-lo. O INBRAPI e as lideranças ficaram incumbidos de selecionar um caso concreto para ser estudado.

Diante disso, a Secretaria Executiva elaborou uma proposta sistematizada para o tratamento provisório do assunto referente aos procedimentos práticos para implementar o conceito da proposta da Orientação Técnica sobre Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado que se refere ao segundo ponto da pauta da reunião.

As representações do MAPA e da EMBRAPA colocaram que, antes de discutir o conceito da Orientação Técnica e procedimentos, a Câmara precisaria esgotar a discussão sobre três pontos, a saber: variedades domesticadas, extensão do conceito de domínio público e direito de agricultor (“Farm rights”).

Os representantes do MDIC se manifestaram no sentido de que se sentiam desconfortáveis de discutir a referida proposta, da qual tomariam conhecimento na reunião e sem a análise prévia da matriz de casos concretos apresentada na 24ª reunião da Câmara de Conhecimento Tradicional Associado.

A referida matriz foi projetada e a discussão se iniciou a partir dos conhecimentos tradicionais acessados na comunidade com titulares identificados e múltiplos titulares.

A representação da Embrapa colocou que, para estabelecer esses conceitos sobre titulares, é preciso explicitar quais as premissas consideradas na elaboração da matriz.

Desse modo, os presentes estabeleceram que a premissa que orientou a confecção da matriz foi o envolvimento das comunidades no projeto, ressalvado o direito dessas comunidades indicarem outras que julguem necessário consultar.

Na seqüência da discussão, o grupo não avaliou os exemplos que estão na matriz. Para a próxima reunião, a Secretaria Executiva ficou de, a partir dos exemplos que estão na matriz, apresentar qual seria o tratamento proposto para viabilizar o acesso ao conhecimento tradicional. A premissa identificada nesta reunião para também subsidiar a próxima reunião.

O MAPA e a EMBRAPA ficaram incumbidos de elaborar um documento a respeito de variedades domesticadas para subsidiar a discussão na próxima reunião, tema sobre o qual é fundamental harmonizar o entendimento para o avanço da discussão.

Foi estabelecido a data de 15 de julho para envio dos documentos pelas instituições aos participantes da Câmara. A próxima reunião será realizada em 2 de agosto, às 14:30..

Uma segunda reunião foi marcada para o dia 12 de agosto. Nesta, será tratada a abrangência do domínio público. Para subsidiar as discussões para esta reunião, o MDIC foi convidado a trazer alguma contribuição para fomentar a discussão sobre extensão de domínio público, a partir da sua experiência no tratamento da propriedade intelectual.

Foi sugerido que se convidasse o INBRAPI e o MINC, este, especialmente pela experiência do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN com os direitos de autor, para que eles também possam contribuir com o tema. O prazo estabelecido para o envio dos documentos da segunda reunião, pelas instituições, para os participantes da Câmara foi 2 de agosto.